



**Racismo, produção
de desigualdades e a
necessidade de outro
fazer político**

Entrevista com Joice Berth¹

Quem entrevista:

Céline Veríssimo

PPGPPD, CAU e MALOCA / UNILA, ¡DALE! / UFBA

João Soares Pena

UNEB, ¡DALE! / UFBA

Murad Jorge Mussi Vaz

DEAAU / UTFPR, ¡DALE! / UFBA, MALOCA / UNILA



JOICE BERTH

Joice Berth é arquiteta e urbanista formada pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE), tem especialização em Direito Urbanístico pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e tem experiência profissional na área de desenvolvimento urbano. Entretanto, isto não é tudo que se pode falar sobre ela, que tem escrito sobre questões que vão além da cidade. Joice Berth é autora do livro "Empoderamento", obra que integra a Coleção Feminismos Plurais, coordenada pela filósofa Djamila Ribeiro, traduzido para o francês como "Empowerment et féminisme noir", pela Anacaona Editions. Além disso, tem escrito para jornais e revistas, como Carta Capital, portal Terra e Elle Brasil, sobre feminismo negro, raça e racismo, empoderamento, gênero, entre outros temas importantes e urgentes. Ela também publica regularmente reflexões sobre diversos temas e acontecimentos em suas redes sociais, dialogando com um público amplo.

Seu trabalho tem lhe dado destaque nacional, tendo sido, em 2019, membro do júri do 6º Prêmio de Arquitetura Instituto Tomie Ohtake Akzonobel e da Premiação IABSP 2019. Ela também tem sido convidada para dar palestras em diversos eventos no país e no exterior. Atualmente, Joice Berth atua como assessora parlamentar na Câmara de Vereadores da cidade de São Paulo.

Mulher negra, escritora, psicanalista em formação e mãe – como faz questão informar em seu perfil numa rede social –, nesta entrevista Joice Berth nos conta sobre sua trajetória profissional, tece considerações sobre os desafios para a arquitetura e o urbanismo, faz uma crítica ao que considera modismo em torno do uso da teoria decolonial e conta algumas de suas referências. Para ela, o racismo está no cerne das desigualdades sociais e urbanas, sendo necessário romper com a forma atual de fazer política e, como ela diz, "criar uma metodologia própria, com a cara do nosso povo" para pensar e intervir nas cidades.





Você é arquiteta e urbanista, mas sua atuação não se restringe a esses campos, você é uma pensadora das questões sociais no Brasil. Conte-nos um pouco sobre sua trajetória profissional, sobre seu alinhamento teórico, sobre como e a partir de que perspectivas você enxerga a sociedade.

Bom, a minha trajetória profissional na arquitetura e urbanismo esbarrou em duas questões limitantes de qualquer atuação profissional: etarismo, porque eu me formei aos 35 anos de idade, e racismo, por questões que dispensam especificar. Mas, ainda assim, consegui seguir a linha de atuação que mais me atraía, que é o urbanismo. Trabalhei como arquiteta e urbanista em empresas de Engenharia Social, como a Diagonal Urbana aqui em São Paulo (que atualmente é apenas Diagonal). Fui estagiária por dois anos, atuando no projeto Cidade Legal de regularização fundiária dos empreendimentos da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), trabalhei como avaliadora de moradias em áreas não urbanizadas e com remoções pela IEME Brasil (empresa de engenharia e desenvolvimento urbano) em parceria com a Desenvolvimento Rodoviário S/A (DERSA) (empresa controlada pelo Governo do Estado de São Paulo) na construção do anel viário, urbanização de áreas favelizadas, avaliação de imóveis, regularização fundiária, essa parte mais politizada da profissão, que não tem o glamour e poucos escolhem atuar.

As disciplinas de teoria e história da arquitetura e do urbanismo costumam ter uma bibliografia bastante centrada nos cânones europeus que pouco dialogam com a realidade das periferias urbanas brasileiras. Por outro lado, a literatura sobre cidades na África, pouco explorada nas escolas brasileiras, pode nos ajudar a compreender nossos processos urbanos tanto pela dimensão do espaço construído quanto pelos usos cotidianos. Como você avalia essa ausência na formação dos arquitetos e urbanistas brasileiros?

LAJE

v.2 n.2
p. 86-97
2023

ISSN: 2965-4904

Eu não estou bem certa se uma literatura africana sobre a construção de cidades africanas especificamente pode nos ajudar a entender nossos processos. Eu penso que atualmente tem surgido um modismo em torno da teoria decolonial, que é consequência da pesquisa rasa e da assimilação distorcida do conceito. Parece que as pessoas estão entendendo a decolonialidade na mesma perspectiva da descolonização. São coisas diferentes. África sofreu colonização também e muita coisa foi alterada. Então, penso que é mais produtivo compreender os mecanismos eurocêntricos que nos constituíram na concepção do espaço urbano e, simultaneamente, descobrirmos quem somos enquanto povo formado a partir de três identidades distintas: indígena, africana e portuguesa. Estudar África e suas culturas é importante como referência do que fomos e não do que podemos voltar a ser, como está nas entrelinhas dos discursos que acreditam ser decoloniais. Enquanto não rompemos com o eurocentrismo e com o imperialismo de maneira radical, o que inclui a ideia essencialista e reducionista de africanidade, não podemos nos olhar no espelho e saber quem somos nós, povo brasileiro.

Na seara da questão anterior, a reflexão sobre arquitetura e urbanismo no Brasil tem se constituído sobre uma série de lacunas teóricas, metodológicas e epistemológicas em relação a um conhecimento situado. Quais são os aspectos que você considera centrais para repensar os currículos de nossas escolas? Quais são os maiores desafios?

O grande desafio é criar uma metodologia própria, com a cara do nosso povo. Acredito que o mundo espera ainda pela descoberta "espiritual" do que é o Brasil. Ao longo de nossa história estivemos mimetizando tudo que se possa imaginar, ao mesmo tempo que inibíamos o que surgia de nós espontaneamente. Repensar nossos currículos em todas as áreas passaria por descobrir quantas pessoas foram varridas para debaixo do tapete da história por não se encaixarem no molde eurocêntrico da meritocracia acadêmica. As minhas reflexões podem ser muito interessantes para a massa popular que tem contato comigo pelas redes, mas cotidianamente eu sou desautorizada, desprezada e até ridicularizada por acadêmicos e não sou a única. Recentemente estava lendo uma entrevista do médico psiquiatra e psicanalista já falecido Flávio Gikovate e ele, mesmo sendo um homem branco, visivelmente branco, narra que sempre foi rechaçado pelos colegas de profissão por ser outsider, por seguir uma linha própria de pensamento e atuação na reflexão e no atendimento de pessoas que a ele recorriam. Isto que dizer que o enraizamento do eurocentrismo é tão profundo que até quem é branco e, portanto, potencialmente tem lugar reservado dentro dessa estrutura, acaba sendo jogado pra fora quando não segue o status quo.



O desafio é conseguir desapegar do que já conhecemos e criar novas possibilidades, mais atrativas e que atendam à identificação necessária para estimular o gosto por esses espaços e suas produções.

Nas duas últimas décadas as universidades tiveram um ingresso maior de pessoas negras em razão de políticas afirmativas, como as cotas raciais. Em seu livro “Empoderamento” (BERTH, 2019b), você defende que o empoderamento nunca é apenas individual, mas sempre coletivo, pois os indivíduos precisam ter uma consciência crítica da realidade para promover mudanças. Considerando isto, como você avalia os desdobramentos da presença negra nas escolas de arquitetura, na formação de arquitetos e urbanistas e na atuação desses profissionais atualmente?

Considero um caminho promissor, desde que a cooptação não seja eficiente, porque os mecanismos do racismo funcionam de maneira muito sofisticada e eu vejo muitas pessoas negras adentrando esses espaços com um potencial enorme de inclusão e não de modificação. Como alerta Angela Davis (2016), não basta adentrar os espaços, é preciso ter disposição para romper de alguma forma com o que está ali e com as forças que vão tentar manter as estruturas, seja através de perseguição, de aniquilamento do potencial, difamação, golpes na autoestima etc. Não é fácil, é uma briga gigantesca e requer uma frieza ou domínio dos nossos instintos humanos e dos nossos sentimentos e emoções para não sucumbir. Soube que há algumas semanas ocorreram suicídios na Universidade de São Paulo (USP).² Estudantes negros se matando é sintomático. Por isso sou uma ferrenha defensora da psicanálise, do entendimento e fortalecimento da nossa psique, porque o racismo mexe muito mais fundo do que conseguimos perceber.

Em um artigo na Carta Capital você afirma que “o racismo é um urbanista que planeja e define espaços de morte e vida nas grandes cidades” (BERTH, 2019a). As cidades brasileiras, sobretudo as metrópoles, são marcadas por uma grande desigualdade racial materializada no espaço. Por outro lado, as políticas urbanas não enfrentam o racismo como um problema central. Como você avalia os instrumentos de política urbana existentes para o enfrentamento ao racismo e a promoção de cidades mais socialmente justas? Como descolonizar essas políticas?

Conheci em minhas pesquisas uma socióloga negra chamada Melissa M. Valle (2017) que cunhou um termo que gosto muito de usar que é Colorblind Urbanism, que em português significa Urbanismo Daltônico, ou seja, a persistência dos atores das políticas urbanas em falar em desigualdades sem considerar a nascente delas, que

são as opressões estruturais. Quando você tem uma megacidade como São Paulo, com mais de 30 mil pessoas em situação de rua e, entre essas pessoas, 80% são homens negros, há uma questão que não dá pra negar: a raça definiu essa condição. É como se o racismo, nesse caso, fosse as camadas de recheio de um grande bolo que vem sendo construído há séculos. Mas isso é tratado como casual, como mero detalhe. Daí, como isso pode ser solucionado nas políticas habitacionais se a essência permanece dando o "sabor" do bolo? Isso vem modificando-se a passos lentíssimos, mas já temos, ao menos, os expoentes da luta urbana pensando na questão racial e de gênero com mais seriedade. Mas, ainda assim, não conseguiremos achar um caminho eficiente sem considerar que reparações históricas não podem se restringir ao sistema educacional superior. Em todas as áreas onde o ônus é um visível sintoma do racismo atuante, a reparação se faz necessária. Descolonizar essas políticas passa pela ruptura com a maneira fragmentada de fazer política. É preciso haver uma política integrada em diversas frentes para se chegar a um resultado.

As contradições entre bairros brancos ou nobres e as periferias das cidades brasileiras são gritantes. Nos primeiros, de maneira geral, há a melhor infraestrutura existente, nas segundas a ausência do Estado. Em muitos bairros periféricos carentes de serviços e infraestruturas a presença mais visível do Estado é a polícia. A que você atribui essa diferença?

Foi a formação racista das cidades que influenciou a divisão do espaço urbano. Nosso modelo de cidades, apesar de ter influência da Pólis grega, sofreu uma inflexão no período colonial. As fazendas escravistas definiam onde era o lugar de branco (Casa Grande) e onde era o lugar do negro (Senzala, primeiramente, e, depois, Quilombo). Esse modelo foi transportado para o espaço urbanizado, porque não é só um modelo físico, é uma ideia. Além disso, a polícia entra na história para compor a narrativa do medo, que é o que mantém a opinião pública tranquila diante da defesa dessa ideia materializada nas cidades. A polícia existe para proteger o patrimônio branco e manter o "ordenamento" racial nas cidades. Não por acaso pessoas negras transitando nos espaços brancos são abordadas pela polícia, mesmo quando são moradoras desses locais.

Você poderia comentar sobre geografias periféricas e necropolítica (MBEMBE, 2018) no contexto da Pandemia de COVID-19?

Então, eu penso que o conceito de necropolítica, assim como foi com empoderamento, está sendo massificado ou fugindo um pouco da ideia original. Isto enfraquece e se há uma coisa que não podemos, sobretudo neste momento da história, é perder





conceitos. Para as lutas sociais, conceitos são instrumentos de luta a serem aplicados na prática. Dito isto, o que ocorre é que temos um traçado territorial que traz na gênese um processo histórico essencialmente excludente e opressor, cujo intuito era corroborar com as políticas de embranquecimento que vinham sendo construídas nos níveis social e político. O território é o chão onde as opressões se materializam, logo a informação histórica, se não for questionada, continua a ser (re)construída continuamente. Então, o que estamos vendo neste período de pandemia não é o agravamento da situação, tampouco o descortinamento, como andam dizendo. Pode ser para aqueles que jamais se interessaram ou se aprofundaram, seja pelo conforto dos privilégios ou pela alienação como instrumento político de controle social, mas, para mim – que nasci e cresci nas periferias e tenho uma experiência de trabalho em áreas periféricas e favelizadas –, não tem novidade alguma nos efeitos territoriais do racismo, da supremacia branca de classe, raça e gênero.

Em 2020 um debate ganhou força no contexto dos protestos antirracistas sobre monumentos em homenagem ou alusão a figuras coloniais - como os bandeirantes e traficantes de pessoas negras escravizadas - nos espaços públicos das cidades brasileiras. Além disso, ruas, escolas, cidades e tantas outras coisas possuem nomes em tributo a personagens de uma história de opressão e violência contra o povo negro. Nessa discussão alguns defendem a remoção desses monumentos e sua realocação para museus, outros dizem que tal atitude apagaria a história e não teria um resultado efetivo, outros ainda sugerem intervenções nesses objetos informando a biografia desses personagens. O que você pensa a respeito da presença desses objetos nos espaços públicos? Como resolver esse impasse?

Eu penso que o mais importante é a conscientização sobre o que eles representam. Removendo ou não, se a narrativa não cessar, perdemos a oportunidade de manter o debate sobre símbolos, significados e significantes na arquitetura e urbanismo. Justamente por isso, toda e qualquer ação precisa contar com a participação da população diretamente atingida pelo histórico desses símbolos. A população, a coletividade urbana, precisa deliberar sobre o destino desses símbolos nos espaços que ela ocupa. Falta, no fazer arquitetônico e no planejamento urbano, a escuta real da sociedade toda sobre os rumos e decisões a serem tomadas e executadas. Sempre faltou, por mais que algumas iniciativas, como a elaboração do Plano Diretor Estratégico (PDE) de São Paulo, na gestão Haddad,³ por exemplo, tenham boa vontade, é preciso que a população seja chamada a participar ativamente. Mas motivar pessoas passa por criar um sentimento de pertencimento que as motive e isto jamais foi pensado.

Considerando que, segundo o censo do CAU (2015),⁴ as mulheres representam 61% dos profissionais em arquitetura e urbanismo no Brasil, por que os projetos mais conhecidos são de autoria de homens brancos? Como você vê a situação de arquitetas e urbanistas negras neste contexto? Como enfrentar essa disparidade de gênero e raça?

Quando eu insisto em falar em "minorias sociais" muitos questionam ou contrapõem usando o argumento de que não somos minoria, somos maioria. É evidente que eu, como pesquisadora que tem contato com dados e estatísticas, sei disso. Mas considero sintomático que não seja óbvio para as pessoas que, com relação ao acesso a direitos e participação social, sejamos minorias. É isso que significa a expressão "minorias sociais". Somos minoria porque fomos apartados, invisibilizados, desumanizados e destituídos do nosso poder social no percurso histórico. Há uma supremacia masculina, branca e elitista que se formou e que vive a hierarquia no topo da cadeia de privilégios. Isto vai, invariavelmente, se manifestar nas mais variadas formas, inclusive profissional. É por isso que não temos destaque, sobretudo nós mulheres negras, que vivenciamos o lugar da dupla ou tripla opressão. A única maneira de enfrentar essa disparidade é nos empoderando enquanto grupo social majoritário que somos e fazendo a disputa política em todas as áreas. Senão, apenas paliativos carregados de tokenização serão usados, como tem sido, para mascarar problemas em vez de resolvê-los.

O giro decolonial compreende raça como um instrumento de dominação que é forjado com a invasão das Américas, centrando-se, sobretudo, nos povos originários latino americanos, mas que dialoga pouco com a diáspora africana. De alguma forma a teoria decolonial atravessa seu trabalho? Quais são as possibilidades de interações e trocas entre os estudos afrobrasileiros e o giro decolonial?

A diáspora africana, sobretudo a brasileira, está terrivelmente tomada pela colonialidade, não apenas na forma de pensar e agir, mas, principalmente, na prática política. Veja bem, no pós-George Floyd,⁵ com todo o trabalho do Black Lives Matter, que considero um marco, mesmo refutando os contornos imperialistas que delineiam os limites entre a luta antirracismo no Brasil e nos EUA, não temos uma alternativa preta para as eleições que se aproximam. Nem preta e nem feminina. LGBTQIA + então... estamos longe. Por mais que eu goste da alternativa de esquerda, sou fã do Lula e, obviamente, estive contra toda perseguição política que ele sofreu (e que tem fortes contornos raciais), eu penso que não é um avanço a sua candidatura, branca e patriarcal, em um contexto de lutas contra a colonialidade. Então, o meu trabalho dialoga essencialmente com os estudos e teorias decoloniais, porque eu



vejo sentido. Inclusive, venho identificando a contribuição de Lélia Gonzalez (1982; 2020), Beatriz Nascimento (RATTS, 2006) e Paulo Freire (2011) nesse processo, pois na minha leitura, eles foram precursores, ainda que Aníbal Quijano (1992; 1999; 2005) só tenha cunhado o conceito mais tarde. *Pedagogia do Oprimido* (FREIRE, 2011) é um verdadeiro manifesto de ensino decolonial e suas necessidades. Não só a negritude brasileira rejeita isso, mas a esquerda também. Agora, uma coisa que me intriga é a falta de percepção da turma do giro decolonial em reconhecer isso: a contribuição já está acontecendo, timidamente sem dúvida, mas já está em curso.

Referências

- BERTH, J. Áreas brancas e áreas negras: o redline nas cidades brasileiras. **Carta Capital**, 08 de abril de 2019a. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/areas-brancas-e-areas-negras-o-redline-nas-cidades-brasileiras/>. Acesso em: 02 abr. 2021.
- BERTH, J. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019b.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed.. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2011.
- GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. A. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- GONZALEZ, L. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú Indígena**, v. 13, p. 11-29, 1992.
- QUIJANO, A. ¡Que tal raza! **Ecuador Debate**. Quito: Centro Andino de Acción Popular/CAAP, n. 48, p. 141-151, 1999.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142.
- RATTS, A. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Instituto Kuanza; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/projetossociais/eusouatlantica.pdf> Acesso em: 15 ago. 2022.
- VALLE, M. M. Revealing the Ruse: Shifting the Narrative of Colorblind Urbanism. **International Journal of Urban and Regional Research**, 2017. Disponível em: <https://www.ijurr.org/spotlight-on/race-justice-and-the-city/revealing-the-ruse-shifting-the-narrative-of-colorblind-urbanism/>. Acesso em: 16 ago. 2022.

Notas

1 Esta entrevista foi respondida por e-mail em Novembro de 2021.

2 A ocorrência de suicídio de estudantes da USP tem sido noticiada amplamente na mídia, sendo o racismo apontado como uma das causas. Para mais informações ver matéria publicada

pela Carta Capital, em 2021: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/suicidios-na-usp-a-pandemia-nao-e-a-unica-razao-para-o-sofrimento-psiquico-dos-estudantes/>; pela Folha de S. Paulo, em 2021: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/06/suicidio-de-tres-estudantes-nos-ultimos-dois-meses-acende-alerta-na-usp.shtml>; e pelo portal de notícias Alma Preta, em 2021: <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/estudante-vitima-de-racismo-comete-suicidio-dentro-da-usp>. Acesso em: 16 ago. 2022.

3 O Plano Diretor Estratégico (PDE) do Município de São Paulo foi aprovado através da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, na gestão do Prefeito Fernando Haddad (2013-2016). Para mais informações ver: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/plano-diretor/>. Acesso em: 16 ago. 2022.

4 Cf.: O Censo dos Arquitetos e Urbanistas do Brasil está disponível em: https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Censo_CAUBR_06_2015_WEB.pdf. Acesso em: 04 abr. 2021.

5 George Floyd, um homem negro dos Estados Unidos, foi morto em 2020 por sufocamento por um policial branco chamado Derek Chauvin, o que gerou uma série de protestos naquele país e ao redor do mundo contra o racismo. Em 2021 Derek Chauvin foi condenado a 22 anos de prisão pelo assassinato. Para entender o caso ver: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-05-29/protestos-contramorte-de-afro-americano-nas-maos-da-policia-se-espalham-pelos-estados-unidos.html> e <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56811346>. Acesso em: 16 ago. 2022.

